



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638440 - SP (2021/0000777-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LILIAN CLÁUDIA JORGE
ADVOGADO : LÍLIAN CLÁUDIA JORGE - SP190256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BERNARDINO JOSE RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BERNARDINO JOSE RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 0000530-67.2016.8.26.0606).

O paciente foi condenado por incurso no art. 121, § 2º, incisos III e VI, do Código Penal, ao cumprimento da pena de 12 anos de reclusão, no regime inicial fechado, denegado a ele o direito de recorrer em liberdade.

O apelo do Ministério Público sustentou que duas foram as circunstâncias qualificadoras reconhecidas pelo Júri (emprego de meio cruel e feminicídio), devendo as suas penas ser majoradas.

O TJSP deu provimento ao recurso ministerial integralmente para manter a condenação do paciente como incurso no art. 121, § 2º, incisos III e VI, do CP, e impor a ele o cumprimento de 14 anos de reclusão no regime inicial fechado, mantido no mais o *decisum*.

A impetrante sustenta que é excessivo o rigor quando da dosimetria da pena.

Requer liminarmente o conhecimento e a concessão de ordem de *habeas corpus* para cassar o acórdão proveniente do TJSP e reconhecer a exclusão da qualificadora do meio cruel, devendo a pena retornar ao patamar de 12 anos nos moldes da sentença do juízo primevo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente